



Movimentos sociais de luta por moradia no Encosta Norte, Zona Leste de São Paulo

Maria Isabel Imbronito

Professora Doutora, USJT, UPM, Brasil
imbronito@gmail.com

Rita de Cássia Nogueira Pinheiro

Mestre, USJT, Brasil
rita.pinheiro@uol.com.br

RESUMO

O Conjunto habitacional Encosta Norte (São Miguel Paulista E), localizado na extrema Zona Leste de São Paulo, é investigado como um espaço resultante da atuação da micropolítica e da macropolítica, através da atuação de movimentos sociais de moradia e da atuação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). A abordagem metodológica prevê o recolhimento de informações sobre a organização dos movimentos sociais no momento de formação do conjunto, entre as décadas de 1980 e 2000, e sobre os tempos atuais, através do acompanhamento das lideranças e associações locais que desenvolvem ações no apoio e melhoria da qualidade de vida da comunidade. A pesquisa tem como objetivo entender como as dinâmicas que se estabelecem nesse território podem tanto reforçar o *status quo*, representado por um rígido sistema de relações de produção do espaço e por um paradigma urbanístico moderno, como construir caminhos alternativos, adequando e transformando o espaço e desenhando as políticas de habitação e as relações sociais conforme as necessidades e desejos da comunidade, criando melhores condições de vida para a população local. A discussão alcançada, ao relacionar o passado dessa região (com seu histórico de luta por moradia) com ações presentes, que se articulam para uma cidade mais justa e inclusiva, reafirma o contínuo trabalho na transformação do território em sintonia com o ODS-11: Cidades e comunidades sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação social. Mutirão de moradia. Movimentos sociais urbanos.

1 INTRODUÇÃO

O Conjunto Habitacional Encosta Norte (São Miguel Paulista E), localizado na extrema Zona Leste de São Paulo, será investigado como um espaço resultante da atuação da micropolítica e da macropolítica. O conjunto foi urbanizado em decorrência de políticas habitacionais do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), que surgiram em resposta aos movimentos sociais urbanos de luta por moradia, que foram muito atuantes na região a partir de meados dos anos 1980. As abordagens sobre os agentes analisados ocorrerão em dois momentos distintos: na formação do conjunto, recuperando depoimentos, dados históricos e referências bibliográficas consolidadas, e no período atual, através do acompanhamento de lideranças e associações locais que desenvolvem ações para o apoio e melhoria da qualidade de vida da comunidade. Estas ações ocorrem com aderência ao ODS-11, que tem foco nas cidades e comunidades sustentáveis.

O conjunto em estudo [Figura 1] tem área de 53 hectares e é composto por quadras com moradias unifamiliares e prédios de habitação coletiva, além de edifícios para uso institucional e áreas verdes, que se localizam junto a três nascentes que ocorrem na gleba. As áreas destinadas a usos complementares ao programa habitacional abrigam atualmente 11 escolas, um CIC (Centro de Integração e Cidadania), uma UBS (Unidade Básica de Saúde), um CAE (Centro de Acolhimento Especial) e uma Fábrica de Cultura. Além destes usos, há no interior do conjunto dois edifícios em condições precárias de uso: o antigo Centro Comunitário em ruínas, muito ativo no passado, e um edifício escolar abandonado. Atualmente, esses edifícios se encontram parcialmente cedidos a organizações da sociedade civil. Com relação às áreas verdes, além de pequenas praças previstas no projeto de urbanização da CDHU, as três áreas de nascente hoje encontram-se nas seguintes condições: a primeira está ocupada pela Favela do Jagatá, e outras duas estão desocupadas, porém sem projeto paisagístico implantado. Em uma destas áreas, há um campo de futebol conhecido como Arena Pirelli, espaço potente implementado e utilizado pela comunidade.

Figura 1. Conjunto Encosta Norte, em vermelho, inserido na Subprefeitura do Itaim Paulista, São Paulo.



Fonte: Elaboração própria a partir do GeoSampa.

2 OBJETIVOS

A pesquisa dialoga com objetivos das ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao debruçar-se sobre o processo de urbanização de uma área periférica da cidade de São Paulo e reconhecer tanto as intencionalidades transformadoras dos movimentos populares como as políticas públicas que dialogaram com os movimentos, relatando a experiência de um território em recente e intenso processo de urbanização. Neste percurso, busca-se reconhecer agentes históricos e atuais, mapeando especialmente a ação de movimentos sociais nas décadas de 1980-2000 e de associações locais no momento presente.

A pesquisa tem como objetivo investigar e entender como as dinâmicas que se estabelecem entre os agentes encontrados e o território podem tanto reafirmar o *status quo* e o modelo de um projeto urbanístico moderno quanto construir caminhos alternativos, adequando e transformando o espaço conforme as necessidades e desejos da comunidade para criar melhores condições de vida para a população local.

Cabe ressaltar que esse processo de urbanização decorreu de dinâmicas complexas que incluem a presença de outros atores mas que, apesar de eventualmente mencionados no texto, não serão aprofundados no presente relato.

3 METODOLOGIA

Através de revisão da literatura do tipo narrativa, procurou-se fundamentar, com base no campo da filosofia pós-estruturalista, a compreensão do jogo de forças sociais e políticas que esteve na origem do processo de urbanização do local, bem como o reconhecimento das atuais disputas presentes naquele território. Nesse sentido, o entendimento dos conceitos de macropolítica e micropolítica, axiomas e rizomas, molar e molecular, máquinas sociais molares e máquinas desejantes moleculares, subjetividade e território, entre outros, constitui o viés fundamental de mediação do contato dos pesquisadores com o território, uma vez que os

agentes, evidenciados durante o processo de pesquisa, passam a existir a partir da relação com os demais mediante o jogo de forças estabelecido, considerando seu papel na conformação do próprio território (GUATARRI, ROLNIK, 1996). A revisão narrativa da literatura teve também uma etapa voltada à coleta de informações históricas (por meio de livros, teses, jornais de época e depoimentos) e informações atuais (recolhidas nas redes sociais), bem como no envolvimento com eventos ocorridos no local de estudo durante a pesquisa. A coleta de dados teve por objetivo abarcar dois recortes temporais: o momento de atuação dos movimentos sociais e do processo de urbanização, pela CDHU, a partir do final dos anos 1980, e o momento presente em que a pesquisa foi realizada, entre 2020 e 2022.

Mesmo a pesquisa tendo revelado uma multiplicidade de agentes atuando simultaneamente para a constituição daquele território, optou-se por apresentá-la, neste trabalho ora relatado, pelo recorte dos movimentos sociais organizados em torno da questão da moradia, que será detalhado a seguir.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir da década de 1980, a Zona Leste de São Paulo, formada predominantemente pelas classes populares, tornou-se palco importante para o surgimento dos movimentos sociais urbanos que lutavam pelo direito à terra, moradia e infraestrutura. Em 1983, apoiado pela Igreja Católica, surge no Estado de São Paulo o Movimento dos Sem-terra, tendo na Zona Leste de São Paulo sua maior base de apoio (GOHN, 1991). Em 05 de maio de 1984, fundou-se o Movimento pela Moradia Leste II, reunindo um grupo da diocese da Igreja Católica liderado por Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo da região episcopal de São Miguel Paulista entre 1976 e 1989, com a participação de lideranças partidárias, sobretudo do Partido dos Trabalhadores. Em 1987, inicia-se a trajetória da União dos Movimentos de Moradia (UMM), quando o Movimento de Moradia Leste 2 se reuniu com vários movimentos da região para discutir uma forma de unificação. Este foi também o ano de formação da Associação Sem Terra Leste 1.

Na articulação destes movimentos, é importante mencionar a atuação da Igreja Católica, através do trabalho das Pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas surgiram no final da década de 1960, na América Latina e no Brasil, como uma nova forma de organização pastoral. O bairro de São Miguel Paulista tornou-se o centro da movimentação social, política e cultural da região, tendo Dom Angélico como figura ativa na formação e atuação dos movimentos por direitos e moradia (GOHN, 1991, p.77). Dom Angélico também criou, em 1983, o CEMI (Centro de Comunicação e Educação de São Miguel Paulista), desenvolvendo projetos de comunicação popular, como o Jornal Grito do Povo e a Rádio Corneta, colocados nas favelas e nas ocupações para organizar os movimentos populares. Outra figura importante foi Padre Ticão (1952-2021), que atuou junto às Pastorais, CEBs e Dom Angélico na luta por terra e moradia e na organização das ocupações de terra da região de São Miguel e Itaim Paulista.

Entre 1983 e 1987, diversas ocupações em áreas públicas e particulares foram realizadas por esses movimentos na Zona Leste de São Paulo. Conforme pontua Gohn (1993, p.49), foram ocupações coletivas e organizadas de apropriação do espaço urbano, resultando em conflitos que encontraram diversos mecanismos políticos para expulsão dos ocupantes. Naquele contexto, o ano de 1987 foi marcado por importantes acontecimentos. Além da

formação da UMM e da Associação Sem Terra Leste 1, os movimentos ocuparam 238 áreas na Zona Leste de São Paulo, envolvendo 32 mil famílias e cerca de 100 mil pessoas (GOHN, 1991, p.84). As invasões e conflitos se intensificaram e ganharam as manchetes dos jornais da época, que noticiavam a atuação dos movimentos apoiados pela Igreja e a violência dos conflitos através da ação de controle da polícia e do Estado, mas que também se posicionavam acusando os movimentos sociais e se posicionando em defesa de forças conservadoras.

Em 31 de março de 1987 ocorreu um grave conflito no bairro do Itaim Paulista que ocasionou a morte do pedreiro Adão Manoel, de 29 anos, participante de uma ocupação, após ser atingido por tiros disparados pela Guarda Metropolitana. Desta vez, o caso teve enorme repercussão na mídia, causando a revolta dos movimentos, tendo o Estado que se mobilizar para promover respostas rápidas (GOHN, p.86). Esse acontecimento marcou o movimento e serviu para redobrar sua força. Uma semana depois, foi realizada uma grande reunião dos movimentos na Praça Padre Aleixo Mafra (Praça do Forró) em frente à Igreja de São Miguel Paulista, que foi ponto de inflexão na história desses movimentos (Figura 2).

Figura 2 – Assembleia das Pastorais da Terra e da Moradia realizada em 1987 em frente a Matriz de São Miguel com mais de 20.000 pessoas reunidas.

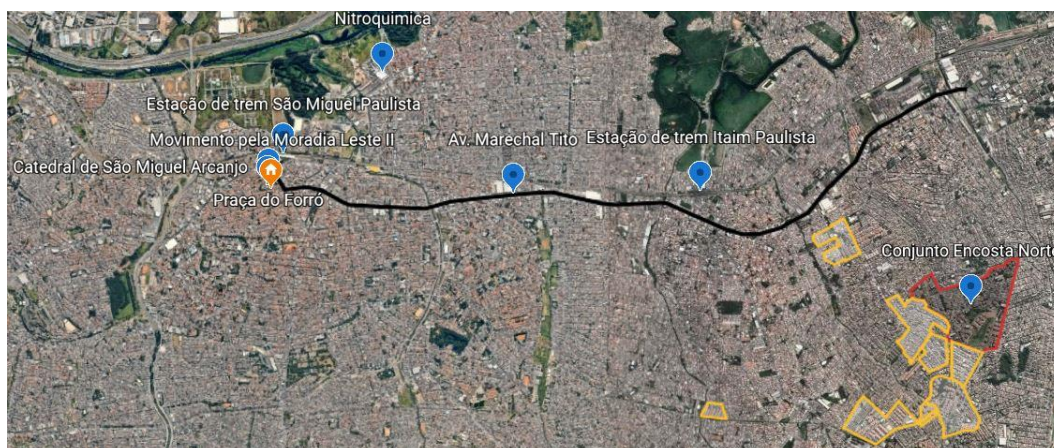


Fonte: MARCHIONI, 2012.

Naquele momento, a Pastoral da Moradia já listava uma demanda por moradia de mais de 32 mil famílias cadastradas nos bairros de São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Guaianazes, Ermelino Matarazzo, Itaquera, entre outros. O bairro do Itaim Paulista foi o segundo maior bairro com ocupações, totalizando 41, segundo levantamento da Pastoral da Moradia.

Em resposta a esses movimentos, o Governo do Estado iniciou um processo de desapropriações e compra de grandes glebas na região da Zona Leste de São Paulo (CDHU, 2016). A CDHU fez a aquisição de grandes áreas na região para implantação de projetos de habitação social. Dentre estas áreas está o Conjunto São Miguel Paulista E (Encosta Norte), conforme se nota na Figura 3.

Figura 3 - Localização dos conjuntos da CDHU (Encosta Norte em vermelho) no Itaim Paulista em relação a: Av. Marechal Tito, estações da CPTM, sede do Movimento pela Moradia Leste II e Igreja de São Miguel Arcanjo.



Fonte: Elaboração própria utilizando o Google Earth a partir de documentos cedidos pela área técnica da CDHU.

O Conjunto Encosta Norte foi executado entre os anos 1989 e 2009, dividido em 14 fases de obra empreendidas separadamente, seja por programas de empreitada global, contratadas diretamente pela CDHU, seja através dos diversos programas de mutirão realizados pela companhia em parceria com associações¹. O texto a seguir busca identificar a participação das associações de moradores na construção dessas fases, e relatar sua dinâmica de atuação, com especial comparação entre as fases E1 e E2 e as fases E7, E8 e E9.

As primeiras fases do Encosta Norte (Fases E1 e E2) foram construídas por empreitada global. Nesta modalidade, uma construtora é contratada diretamente pela CDHU para entregar a obra acabada, dispensando a participação das associações que formalizam os movimentos populares. Em 1989, foram entregues, nestas duas etapas, 1071 unidades habitacionais (UHs) na tipologia 011/87, de casa-embrião unifamiliar com 35m² de área construída. Naquele momento, o governo estadual estava em fase de transição, da gestão de Franco Montoro para Orestes Quércia. Esta transição impediu a realização das fases E1 e E2 através de processo de mutirão, conforme estava programado na gestão anterior, uma vez que o governador Quércia privilegiou a contratação de construtoras, restringindo a moradia às instalações mínimas. A construção de moradias por mutirão, ocorrida em alguns casos pioneiros durante o governo Montoro, só foi ocorrer no Encosta Norte a partir de 1996, na gestão de Mario Covas, com a implantação das etapas E5 e E7 e, posteriormente, seguiu ocorrendo nas demais etapas.

Moradores do Conjunto Encosta Norte que fizeram parte do movimento de moradia naquela época, e que receberam as primeiras casas das fases E1 e E2, relataram, durante a pesquisa, o modo como a obra foi entregue: sem laje e sem acabamento interno e externo, e sem muros ou delimitações do lote (laterais, de frente e fundo). A infraestrutura do local era precária, as ruas do entorno ainda não eram pavimentadas, o transporte público era escasso e constantemente faltava água. Devido às circunstâncias, os moradores relataram que as lutas da população não cessaram após a entrega das casas. Os moradores formaram uma organização,

¹ Dados referentes às fases do Conjunto São Miguel Paulista E foram extraídos de site da CDHU, disponível em: <<http://www.cdhu.sp.gov.br/web/guest/producao-habitacional/consultar-producao-habitacional>>

que contava com um coordenador de cada rua para comparecer a reuniões marcadas no Centro Comunitário, levando as demandas e organizando as comunicações. As reivindicações eram encaminhadas diretamente às Secretarias Municipais, através de ofícios preparados pelos moradores. Conforme informação recolhida em depoimentos durante esta pesquisa, os moradores reivindicaram por asfalto, transporte, água e iluminação nas ruas. Também se requisitavam escolas e serviços de saúde. A saúde também era uma das frentes de ação antiga dos movimentos sociais e, mesmo após a instalação da UBS no Encosta Norte, a população continuou participando de ações e movimentos de saúde. Já a falta de escolas levou à construção de escolas e creches no Encosta Norte e imediações, através de mutirão de pais.

Também os primeiros conjuntos de prédios construídos no Encosta Norte (E3 e E6) foram executados através da modalidade de empreitada global, em que a construtora era contratada diretamente pela CDHU, excluindo a participação de associações de moradores. Os primeiros conjuntos de prédios feitos através do sistema de mutirão foram nas fases E7 (entregue em 1996) e E5 (entregue em 1998). Com o aperfeiçoamento das políticas de participação, as moradias passaram a ser construídas através do Programa de Mutirão de Autogestão, implementado pela CDHU. Nesse programa, a CDHU assinava contrato com uma associação de moradores, que ficava responsável pela gestão dos recursos e pelo gerenciamento da obra até o final na construção. Para a assinatura do contrato com a CDHU, a associação devia apresentar o cadastramento da demanda com uma lista fechada das famílias participantes do empreendimento, sendo que qualquer alteração desta demanda durante o processo tinha que ser aprovada em assembleia com participação das assessorias técnica, social e dos mutirantes. Para formalizar o contrato, a associação devia apresentar ainda a contratação prévia de uma assessoria técnica, composta por um escritório de engenharia ou arquitetura. Para fazer a intermediação dessas assessorias técnicas com a Companhia, a CDHU contratava diretamente os serviços de uma gerenciadora terceirizada.

As fases E7, E8, E9 no Encosta Norte aconteceram sob este sistema de mutirão. O relato obtido nesta pesquisa veio da CEP Assessoria, a assessoria técnica envolvida nessas fases e ainda hoje atuante na região. Confirmou-se que, além da associação de moradores e da assessoria técnica contratada pela associação, havia uma gerenciadora, contratada pela CDHU para fazer a intermediação técnica entre a assessoria técnica e a CDHU. A CDHU repassava os recursos e fornecia o projeto a ser executado, que contava com tipologia padronizada. A assessoria técnica executava a obra conforme projeto fornecido pela CDHU, fazendo o planejamento de trabalho junto com a associação de moradores e seus mutirantes, e realizando a medição dos serviços executados. A assessoria também contratava mão de obra especializada quando necessário, visto que só os mutirantes não tinham o preparo profissional e a dedicação de tempo necessária ao andamento adequado da obra. A assessoria técnica contratava ainda uma assessoria social, uma vez que a presença de um técnico social era uma exigência da CDHU para os empreendimentos executados por mutirão. A assessoria social fazia o acompanhamento das famílias, verificando adequação, cadastramento, participação, contratos, etc.

Nesta modalidade de construção, nota-se a participação de diferentes agentes. No programa de mutirão de autogestão, todas as decisões eram tomadas pela associação de moradores e seus membros que, no canteiro de obras, eram as próprias pessoas que participavam do empreendimento. Segundo a CEP Assessoria, as associações de moradores

desempenhavam diversas tarefas: eram responsáveis por cadastrar as famílias, gerando a demanda com a lista de famílias participantes de cada empreendimento; faziam a gestão dos recursos junto com a assessoria técnica; organizavam os mutirantes e elaborava as regras de trabalho, sob a verificação e acompanhamento da assessoria social. A associação poderia definir, a seu critério, sobre a contratação de empresas externas para executar serviços de obra. Contudo, como os recursos vinham da CDHU com uma redução de 40%, desconto determinado pelas regras do programa de mutirão, a única saída para viabilizar a obra era contar com a participação das famílias. No caso de emprego de mão de obra contratada, os mutirantes trabalhavam de forma complementar como ajudantes (durante as escavações, para transportar blocos formando corredor de mulheres, na distribuição de material e transporte de argamassa, entre outros). Dentre os mutirantes, uma minoria que exercesse alguma atividade profissional na área da construção civil e contasse com alguma experiência prévia poderia ser contratada pela associação, ampliando sua dedicação à obra mediante recebimento de salário.

Nas pesquisas em campo, foram encontrados relatos do mutirão como uma experiência positiva, tanto da parte dos moradores entrevistados como da parte da assessoria técnica. Aponta-se que o morador valoriza sua unidade habitacional, seja porque participou dos movimentos sociais ou porque trabalhou na obra. Já um apontamento negativo foi a sobrecarga de trabalho, pois as obras demoravam alguns anos e o tempo livre das famílias estava comprometido com a construção. Em imagens da inauguração da fase E8, nota-se a presença de moradores, operários, imprensa e representantes oficiais (Figura 4).

Figura 4 – Inauguração da fase E8 do Conjunto Encosta Norte em mutirão de autogestão: CEP, Movimento Sem Terra e Pastoral da Moradia.



Fonte: Fotos cedidas pela CEP e pelo Movimento pela Moradia Zona Leste 2.

5 ASSOCIAÇÕES E LIDERANÇAS QUE ATUAM HOJE NO ITAIM PAULISTA E REGIÃO

Verificou-se, através de pesquisas e de visitas ao local que, atualmente, muitas lideranças sociais e associações vem desenvolvendo diversas ações no Encosta Norte e região. Algumas dessas associações estão indicadas no mapa abaixo (Figura 5). Esses movimentos, associações e comunidades pesquisados estiveram ativos durante a pandemia de Covid-19. Mesmo restringindo atividades como os encontros, o futebol e o samba, foram responsáveis pela coleta e distribuição de alimentos durante o período mais crítico de isolamento da pandemia. Muitos

envolvem-se com programas habitacionais e ambientais, como é o caso da Associação Nélia Mabel, que possui diálogo com a Subprefeitura do Itaim Paulista e a Secretaria do Clima.

Figura 5 - Localização das associações e ocupações: 1) Antigo centro comunitário; 2) Comunidade Encosta Samba e Futebol Solidário; 3) Arena Pirelli; 4) Associação Nélia Mabel; 5) GRRC Bloco do Encosta e Time Bloco do Encosta; 6) Comunidade Mulheres Voluntárias; 9) Comunidade do Jagatá; 10) Comunidade Tijucu Preto.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth e de visitas ao local.

Algumas associações que atuam no presente, identificadas na pesquisa, foram:

- Movimento pela Moradia Leste II, constituído em 05/05/1984, que atua até hoje cadastrando famílias e construindo moradias através dos programas públicos disponíveis, sendo ativo também em redes sociais (Figura 6);
- Associação Nélia Mabel Esporte e Lazer e Associação Nélia Mabel Social, grupo voluntário sem fins lucrativos. Com sede próxima à área de estudo, faz arrecadações e distribuição de alimentos para a população vulnerável, promove atividades e participa ativamente das discussões de políticas públicas como segurança e moradia (Figura 7);
- G.R.R.C. Bloco do Encosta e Time Bloco do Encosta. Fundado em 2019, promove ações culturais e de lazer, principalmente relacionadas ao carnaval e samba. Tem o lema “fazer o bem sem olhar a quem” e “juntos somos mais fortes” (Figura 8);
- Comunidade Encosta Samba e Futebol Solidário: Solidariedade Itaim Paulista. Fundada em 2018, promove arrecadações de alimentos em atividades ligadas ao futebol e samba. As atividades são concentradas em um bar local (Figura 9);
- Lideranças Comunitárias do Jagatá, que atuam internamente à favela do Jagatá lutando por melhorias pontuais e organizando eventos, em datas comemorativas, para distribuição de bens e alimentos. As lideranças participam também de ações promovidas por outras instituições e organizações, expandindo a visibilidade da favela para o entorno, com

destaque para as atividades realizadas na escola estadual situada em frente à favela, a P.M. Soldado Eder Bernardes dos Santos.

Figura 6 – Página do Movimento pela Moradia Leste II.



Fonte: página do Facebook do Movimento pela Moradia Leste II. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/search/top/?q=movimento%20pela%20moradia%20leste%20ii>>

Figura 7 – Sede da Associação Nélia Mabel, 2021.



Fonte: Fotos dos autores.

Figura 8 – Sede do Bloco do Encosta e do Time Bloco do Encosta, com cartaz de evento.



Fonte: Extraído do Facebook e Instagram do Bloco do Encosta

Figura 9 – Ações do Futebol Solidário e Comunidade Encosta Samba.



Fonte: Extraído do Facebook e Instagram das associações.

6 DISCUTINDO O ENCOSTA NORTE COM BASE NA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA: SUBJETIVIDADE E TERRITÓRIO

A partir do material apresentado acima, busca-se discutir e analisar que tipos de subjetividades são produzidas a partir das relações sociais e políticas e como estas constroem, mantêm ou alteram o desenho do Conjunto Encosta Norte.

Conforme conceituação teórica utilizada, entende-se a subjetividade como modos de existências produzidos por agenciamentos de ações coletivas que acontecem dentro do campo político e social. No entanto, não somente os agenciamentos, mas também o território, entendido como o arcabouço espacial somado às ações e movimentações das pessoas que habitam aquele lugar, produz subjetividade. A pesquisa mostrou que diferentes modos de existência são produzidos e percebidos nas dinâmicas entre macro e micropolíticas e o próprio Encosta Norte.

Na produção de territórios (físico e/ou social), ora são gerados espaços “estriados”, rígidos ou estáveis, caracterizando territorialização e reterritorialização; ora são produzidos espaços “lisos”, caracterizando desterritorialização. A desterritorialização é entendida como um campo potencial para produzir novas possibilidades de mundos ou, dependendo de como atuam as micropolíticas, servirão para reforçar o meio físico e as relações de poder existentes (GUATARRI, ROLNIK, 1996).

É importante considerar o jogo de forças e o entrelaçamento entre políticas habitacionais e movimentos sociais: ao mesmo tempo que as políticas públicas se adequaram em função da movimentação social de luta por moradia, os movimentos sociais organizaram-se em associações para cumprir com os requisitos exigidos pelas políticas públicas. O conjunto Encosta Norte resulta deste encontro, e este processo assimilou a dedicação dos técnicos, a vontade popular e senso de oportunidade dos políticos, transformando os agentes em função destes embates e colaborações.

A primeira subjetividade reconhecida no Encosta Norte é a subjetividade dominante da macropolítica do Estado. Percebe-se que o conjunto Encosta Norte pouco se transformou, estruturalmente, com o passar dos anos. Um dos motivos da forte presença da subjetividade do Estado, na representação da CDHU, é persistência do plano inicial do Encosta Norte, que determinou um espaço estriado com aporte técnico presente no processo de urbanização, ao estabelecer traçados viários, redes de infraestrutura e implementar algumas tipologias pouco flexíveis, como os edifícios de habitação coletiva (Figura 10). As moradias individuais sofreram ampliações, mas estas foram, de certo modo, consideradas no projeto da casa-embrião, em que se vislumbrava a expansão da unidade habitacional (Figura 11). Também os usos institucionais foram implantados nas áreas institucionais previstas em projeto, seguindo o plano inicialmente traçado. É importante ressaltar que o processo de urbanização difere a área de seu entorno, pois nota-se que o conjunto contém ruas consolidadas, equipamentos públicos em abundância e é servido por redes de infraestrutura.

Outro aspecto importante que determina o controle do Estado é a falta de regularização, averbação da área e escritura definitiva das unidades habitacionais. De certo modo, esta situação faz com que as áreas privadas sejam associadas à CDHU não apenas como decorrência da origem do conjunto, mas porque esses imóveis constituem um passivo da Companhia, que detém responsabilidades das quais não conseguiu se desvincular. Com toda a área em nome da CDHU e falta de desmembramento das propriedades, crescem as irregularidades como contratos de venda de gaveta e falta de estabilidade quanto ao domínio de unidades, que implicam na necessidade de processos judiciais, de regularização e de domínio, problemas condominiais e junto às concessionárias que resvalam na Companhia, etc., impactando e restringindo a vida dos moradores e da própria CDHU. Essas características afirmam a constituição de modos de vida que refletem e reforçam a lógica normativa dominante, afetando a autonomia dos moradores.

As ações macropolíticas tendem a direcionar os desejos para reintegrações, orientando os desejos e necessidades de uma ação micropolítica para a composição e o reforço da máquina social vigente. Assim, o resultado dessas ações reintegradoras é percebido espacialmente na rigidez do conjunto, nas ruas sem movimento, nas construções padronizadas, ou mesmo na presença dos usos institucionais que simbolizam o Estado (Figura 10).

Figura 10 – Tipologia PI22-F implantada na fase E8 do Conjunto Encosta Norte.



Fonte: Autores, 20/02/2021.

Figura 11 - Tipologia 011/87 na conformação original, implantada na fase E1 do Conjunto Encosta Norte, e ampliações das casas vizinhas, originalmente na mesma tipologia.



Fonte: Autores, 2020.

Já as transformações espontâneas percebidas ocorreram no âmbito do uso dos espaços, como a introdução de comércios nas áreas livres e em áreas residenciais, a presença de organizações de moradores sediadas localmente, e a ocupação de áreas vazias para fins coletivos. Em contraposição à lógica normativa dominante presente no território, nessas ações espontâneas é possível identificar alguns exemplos no campo da micropolítica, que vão desestabilizar espaços e vivências, abrindo caminho para a construção de novas relações. Entre elas, podemos citar:

- a formação de associações locais e movimentos comunitários de bairro que atuaram e que ainda atuam no Encosta Norte e região para reivindicações de melhorias na infraestrutura e qualidade de vida local, assim como dar apoio às famílias mais carentes de recursos;

- a contínua luta de movimentos sociais por construção de moradias na Zona Leste de São Paulo (Figura 12);
- a implantação da Arena Pirelli (campo de futebol) pela própria comunidade, na intenção de pontuar um espaço para encontros entre as pessoas;
- a convivência nas ruas locais de casas unifamiliares, que propiciam ações de integração entre crianças e vizinhos, diferente do que acontece nas ruas dos condomínios de prédio, desertas, com suas extensas frentes de lotes murados. Essa configuração da casa unifamiliar aproxima a casa da rua e coloca a rua como espaço de sociabilização;
- a busca de reconhecimentos de identidades, pertencimentos e diversidades, identificadas nas narrativas das lideranças locais;
- a ocupação da Favela do Jagatá em área do conjunto, que mostra que o programa habitacional implantado foi insuficiente e deixou populações sem atendimento.

Figura 12 – Reunião na Associação Nélia Mabel para informar sobre o programa de moradia “Pode Entrar”, 2021.



Fonte: Foto dos autores, logotipo extraído de site oficial da PMSP.

Em todas essas ações percebem-se movimentos que tentam romper, com suas atitudes, com as condições fixas existentes, próprias das representações macropolíticas que trabalham na manutenção de um sistema e de uma subjetividade dominante. Todas essas ações, no campo da micropolítica e profundamente ligada ao território, sugerem fugas que apontam caminhos para desterritorializações, tornando o espaço liso para produção de novos agenciamentos potenciais.

Dentre as ações e transformações identificadas acima, destaca-se a Arena Pirelli, seja por sua localização estratégica, ocupando uma área de grande visibilidade no centro do conjunto, seja porque propicia usos coletivos de grande popularidade, como o futebol e o lazer. O campo (Figura 13) serve como ponto de referência da comunidade local, sendo utilizado por múltiplos agentes, e concentra as ações sociais, como distribuição e arrecadação de alimentos. Trata-se de um espaço disponível e com imagem e reconhecimento marcantes, que se caracteriza por ser pouco especializado, mas cuja ausência de espaços de apoio, iluminação, pavimentação e sombra não impedem a ocorrência dos eventos e ações da comunidade. A existência de um espaço como a Arena Pirelli mostra que a vida dessa população extrapola as previsões do programa habitacional oficial e que as áreas residuais do processo de urbanização

são potentes locais em que se manifestam as linhas de fuga que possam existir, sobrepostas a esse espaço programado do conjunto Encosta Norte.

Figura 13 – Arena Pirelli, espaço de encontro, esporte, arrecadação e distribuição de alimentos.



Fonte: Foto dos autores, 2020, foto anterior à pandemia de Covid-19.

Deste modo, a depender de como as ações, desejos e necessidades dessas pessoas serão agenciadas no campo social e político, pode acontecer reterritorialização, com a captura dessas ações para reintegração em um sistema de manutenção da mesma lógica social e espacial, ou então pode surgir, dos interstícios do conjunto e da prática cotidiana, a produção de espaços com mais qualidade de vida, mais abertos à manifestação popular e mais democráticos, sendo que ambos os espaços podem coexistir e se sobrepor no mesmo território.

7 REFERÊNCIAS

CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo). **CDHU - 50 Anos: Promovendo a Habitação Social no Estado de São Paulo**. São Paulo: KPMO, 2016.

DOM ANGÉLICO E O GRITO DO POVO. Youtube, 27 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=viLrkwwP5KM>> Acesso em: 09 fev. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: Cartografias do Desejo**. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

IMBRONITO, Maria Isabel; PAULA, Franklin Roberto Ferreira; PINHEIRO, Rita de Cassia Nogueira. Espaços Livres e Transformações no Território do Conjunto Habitacional Encosta Norte, Zona Leste de São Paulo. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v.10, n.77, p.13-25, 2022.

MARCHIONI, Antônio Luís et. al. (Org.). **Dom Angélico Sândalo Bernardino: Bispo profeta dos pobres e da justiça**. São Paulo: ACDEM, 2012.

PINHEIRO, Rita de Cassia Nogueira. **CDHU e movimentos populares na paisagem urbana do conjunto Encosta Norte na Zona Leste de São Paulo: dinâmicas da macropolítica e da micropolítica**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade São Judas Tadeu. 2021.

Nota: Pesquisa desenvolvida com apoio do Instituto Anima.